



76  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação nº 0306926-9 (N.P.U 0046682-84.2008.8.17.0001)**

**Agravante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Agravado:** Dova Alves dos Santos

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA:** AGRAVO NA APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO DO ART. 557, *CAPUT*, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO ACOLHIMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR ANTERIOR À SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Decisão que negou provimento ao Apelo baseada na jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, não viola o artigo 557, caput, do CPC.
2. O acórdão transitou em julgado em 07 de fevereiro de 2007, conforme certidão exarada às fls. 120.
3. Sendo assim, formou-se a coisa julgada material e formal, nos termos do artigo 467 do Código de Processo Civil. Ou seja, a determinação proferida pelo Poder Judiciário tornou-se definitiva e imutável, não cabendo discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou, operando-se a preclusão sobre todas as questões já decididas (artigo 473, 474 e 475-G do CPC).
4. De acordo com o artigo 741 do CPC, os embargos à execução contra a Fazenda Pública somente podem versar sobre os pontos específicos e descritos no referido dispositivo legal.
5. Como bem elucidado pelo douto julgador monocrático, tão somente o pagamento efetuado após a sentença pode servir de escusa à execução. Isso porque, toda a matéria referente a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser levantada pelo réu, em regra, na contestação, de acordo com artigo 300 e 333, II do Codex Processual. Caso constitua fato superveniente, poderia ter levado a conhecimento do Juízo até a sentença (artigo 303, I do CPC).

*ESM*



77  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

6. Sendo assim, não pode ser reconhecido pagamento de valores que não foram levantados em sede de conhecimento, tampouco representados por documento inidôneo a provar tal alegação.
7. Agravo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0306926-9, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em **NEGAR provimento ao presente Recurso**, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife 24 de 09 de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



78  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação nº 0306926-9 (N.P.U 0046682-84.2008.8.17.0001)**

**Agravante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Agravado:** Dova Alves dos Santos

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa que negou provimento ao Apelo para manter a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução.

Nas razões do recurso, o Agravante requer a reforma da decisão monocrática para modificar a sentença, primeiramente, diante da violação do artigo 557 do Código de Processo Civil, e, no mérito, para considerar todas as eventuais parcelas do benefício já quitadas, com a inversão do ônus da sucumbência (fls.65/69).

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



29  
PC

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação nº 0306926-9 (N.P.U 0046682-84.2008.8.17.0001)**

**Agravante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Agravado:** Dova Alves dos Santos

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

O agravante alega, preliminarmente, que não há cabimento para o julgamento monocrático da apelação, ante a inaplicabilidade do art. 557 do Código de Processo Civil à espécie.

Ocorre que este relator negou provimento ao Apelo baseado na jurisprudência dominante deste e. Tribunal de Justiça, bem como na do STJ, exatamente como dispõe o dispositivo legal suscitado.

Assim dispõe o art. 557 do Código de Processo Civil:

***“O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Superior Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.”***

Conforme restará demonstrado no mérito, foi mantida a sentença monocrática, com fundamento nas razões dispostas pela jurisprudência dominante deste e. Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, pelo que, não há que se falar em afronta à Lei Adjetiva Civil.

Cuida-se de Agravo em Apelação contra Decisão Terminativa que negou provimento ao Apelo, mantendo a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução.

A recorrente pretender ver reformada esta decisão, pois aduz que houve pagamento total do valor a ser executado.

A recorrida discorda, alegando que não há comprovação do cumprimento da obrigação.

*EMR*



80  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Ora, a Ação originária da presente execução foi proposta com intuito de reaver as diferenças entre o que foi efetivamente pago e o valor que é devido à autora, a título de pensão por morte.

Caberia à ré alegar toda a matéria de defesa, inclusive, a eventual quitação integral do benefício, nos termos do pedido autoral, conforme preceito no artigo 300 do CPC.

A sentença monocrática condenou a FUNAPE ao pagamento imediato dos valores retroativos referentes à pensão por morte, na totalidade da remuneração do ex-servidor como se vivo fosse, observada a prescrição quinquenal.

Em Reexame Necessário, este Tribunal de Justiça reconheceu o pagamento das pensões atrasadas, no período entre 1º de outubro de 1999 e 05 de setembro de 2001, data na qual a parte autora começou a receber o benefício.

O acórdão transitou em julgado em 07 de fevereiro de 2007, conforme certidão exarada às fls. 120.

Sendo assim, formou-se a coisa julgada material e formal, nos termos do artigo 467 do Código de Processo Civil. Ou seja, a determinação proferida pelo Poder Judiciário tornou-se definitiva e imutável, não cabendo discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou, operando-se a preclusão sobre todas as questões já decididas (artigo 473, 474 e 475-G do CPC).

*Art. 473. É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.*

*Art. 474. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.*

De acordo com o artigo 741 do CPC, os embargos à execução contra a Fazenda Pública somente podem versar sobre os pontos específicos e descritos no referido dispositivo legal.

Entre as hipóteses legais, encontra-se o inciso VI do referido dispositivo:

*Art. 741. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre:*

(...)



B  
H

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*VI – qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença; (Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005)*

Como bem elucidado pelo douto julgador monocrático, tão somente o pagamento efetuado após a sentença pode servir de escusa à execução. Isso porque, toda a matéria referente a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser levantada pelo réu, em regra, na contestação, de acordo com artigo 300 e 333, II do Codex Processual. Caso constitua fato superveniente, poderia ter levado a conhecimento do Juízo até a sentença (artigo 303, I do CPC).

Na verdade, o inciso deveria fazer referência ao trânsito em julgado conforme assevera Leonardo José Carneiro da Cunha em seu livro “*A fazenda Publica em Juízo*”, 7ª edição, Editora Dialética, São Paulo: “*Se o fato é superveniente à sentença, mas anterior ao trânsito em julgado, não poderá ser alegado nos embargos, não estando contido na hipótese do inciso VI do art. 741 do CPC. Isso porque será tido como alegado e repelido (CPC, art. 474)*”.

Além do mais, ainda que se superasse o impedimento legal, para acolher as alegações da parte executada, não caberia razão ao recorrente.

No caso em concreto, a FUNAPE se limitou a afirmar a quitação total do valor condenatório, abstendo-se de comprovar sua alegação. Faz referência às fls. 12 a 17 dos autos, entretanto, tais documentos representam o cálculo da pensão retroativa, não havendo como se provar o efetivo pagamento dos valores ali mencionados, além dos reconhecidos pelo E. Tribunal de Justiça em sede de Reexame Necessário.

Portanto, se pretendia ver reconhecida a quitação de valores, deveria a Apelante ter juntado aos autos documento comprobatório idôneo, em tempo hábil a ser reconhecido na sentença. Assim não agiu.

As questões ora debatidas já foram objeto de discussão no Superior Tribunal de Justiça:

**STJ: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EMBARGOS DO DEVEDOR. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO ANTERIOR À SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGO 741, VI, DO CPC. 1. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos. 2. O entendimento firmado pelo Superior**

*ERIK*



82  
P

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*Tribunal de Justiça é de que, em embargos do devedor, descabe a alegação de pagamento efetuado em momento anterior à sentença. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1047809 PR 2008/0080761-7, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 14/04/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/05/2011)*

*EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ORIUNDO DE ACORDO JUDICIAL HOMOLOGADO E TRANSITADO EM JULGADO. REVISÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA AVENÇA EM SEDE DE EMBARGOS DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 741, VI DO CPC. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. As hipóteses previstas no artigo 741 do CPC são taxativas, por isso não pode o Tribunal de origem, em sede de embargos do devedor, proceder a revisão, modificação e extinção de acordo transitado em julgado. 2. A rediscussão dos termos constantes da avença homologada somente seria possível se o acordo fosse desconstituído, mediante ação anulatória prevista no artigo 486 do CPC, e com amplo contraditório, o que não ocorreu na hipótese em julgamento. 3. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 882424 SC 2006/0188413-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 02/12/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/12/2010)*

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EMRECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO SUPOSTAMENTE REALIZADO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA EXEQUENDA. MATÉRIA PRECLUSA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Em embargos à execução somente é possível ao devedor alegar a existência de causas impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença. Nesse sentido: REsp770.858/SC, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, DJ3/4/06. 2. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp: 23965 DF 2011/0163311-1, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 27/09/2011, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/09/2011)*



33  
d

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM.IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÕES DA CELULAR CRTPARTICIPAÇÕES S/A. COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO. ÔNUS DA IMPUGNANTE.ARTS. 333, I, E 475-L, V, DO CPC. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO EPROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, CPC. 1. A impugnação ao cumprimento de sentença é servil à demonstraçãode causa extintiva, modificativa ou extintiva da obrigação encartada no título executivo, superveniente à sentença, como pagamento,novação, compensação, transação ou prescrição, consoante preconizado no inciso V do artigo 475-L do Código de Processo Civil. 2. Ante a sua natureza desconstitutiva, e tendo em vista o direito do exequente consubstanciado no título executivo, recai sobre o impugnante o atendimento à regra contida no artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, que lhe impõe o ônus de comprovar superveniente causa extintiva do direito do autor/exequente.Precedentes em situações análogas. 3. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. 4. Agravo regimental não provido com aplicação de multa (STJ - AgRg no AREsp: 9981 RS 2011/0067862-2, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 18/09/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/10/2012)*

Caso análogo, referente à análise da prescrição, também inserida no artigo 741, inciso VI do CPC, foi julgado improcedente neste ponto por não ser superveniente à sentença:

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. PERCEPÇÃO DE DIFERENÇAS, A TÍTULO DE ATRASADOS, REFERENTES ÀS PENSÕES PAGAS A MENOR. EXCESSO DE EXECUÇÃO. 1.Reconhecida a impossibilidade de se inovar qualitativamente no título exequendo, em ordem a considerar que a verba honorária deva incidir sobre o valor da condenação (e não sobre o valor da causa, tal como consignado na sentença). 2. Reconhecida, por isso, a existência de excesso de execução no tocante à verba honorária constante da planilha acostada aos autos, verba esse que deve ser recalculada para o fim de que passe a corresponder a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa. 3.Por outro lado, só se admite a arguição de prescrição em embargos opostos à execução movida contra à Fazenda Pública, quando a mesma for "superveniente à sentença", na*

*BRK*





84  
R

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*dicção do art. 741, VI, do CPC. 4. Inviável, também neste ponto, inovar no título para reconhecer prescrição não decretada na fase de conhecimento. 5. Finalmente, assiste razão à autarquia apelante no que concerne ao termo inicial para a incidência dos juros moratórios, à luz da Súmula 204 do STJ, os quais devem ser contados a partir de 15 de março de 1995, data da citação, com o consequente refazimento dos cálculos. 6. Apelo voluntário parcialmente provido, à unanimidade de votos, para o fim de (i) estabelecer que a verba honorária deve ser calculada sobre o valor dado à causa (devidamente atualizado), e bem assim de (ii) determinar que os juros de mora sejam calculados a partir da citação válida. (TJ-PE - AC: 100128 PE 9500027449, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 196)*

Pelas razões expostas, **voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo**, mantendo a decisão terminativa ora atacada em sua integralidade.

É o voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator